

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

Construção, interfaces e
perspectivas no Brasil

Versão Eletrônica
(PDF)



Norma Valencio
Mariana Siena
Victor Marchezini
Juliano Costa Gonçalves
(orgs.)

© 2009 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Versão Eletrônica

Desenho da Capa: Arthur Valencio

Belerofonte sobre Pégaso matando a Quimera – alusão à escultura datada de 450 A.C..

S681s

Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil / organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

280 p. il.

ISBN – 978-85-7656-165-1 (PDF)

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3. Defesa civil. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.

CDD – 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3372-3238

**O IMPACTO DOS FENÔMENOS CLIMÁTICOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO
E DINÂMICA SÓCIO-PRODUTIVA NUM ASSENTAMENTO RURAL:
ESTUDO DE CASO DOS EFEITOS DAS CHUVAS NO ASSENTAMENTO
“BELA VISTA DO CHIBARRO”, EM ARARAQUARA/SP**

DENIS ROBERTO CARRETO KOGA

INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma grande discussão teórica a respeito dos problemas da “pós-modernidade” ou radicalização e conseqüências da modernidade, pois o próprio conceito de “pós-modernidade” é discutível e complexo. Autores como Giddens (1991 e 1997), Beck (1997), e Menezes (2005) abordam essa questão.

De um modo geral, esses autores discutem a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, mostrando como se deu essa passagem e quais suas características, novas formas de arranjos, de instituições, de subjetivação e de sociabilidade que marcam a chamada modernidade. Posteriormente, fazem um balanço do contexto e problemas atuais que diferem muito da modernidade, por exemplo, as propostas da ciência moderna, o ideal positivista, o evolucionismo e a noção de progresso que não cumpriram suas promessas de felicidade geral (GIDDENS, 1997); da adaptação e reinvenção da política ou surgimento da subpolítica (BECK, 1997); e das diferentes formas de (des)regulamentação, liberdade individual e novas formas de subjetivação dos sujeitos (MENEZES, 2005.).

Busca-se identificar, portanto, os riscos e suas conseqüências na sociedade contemporânea. Riscos que não são apenas físicos, mas também sociais, e que foram gerados ou criados pela própria sociedade e seu “desenvolvimento”. Fato que gerou um novo conceito: *a sociedade de risco*.

A partir dessas discussões, e principalmente destes eventos (desastres) ou suas possibilidades de acontecer (riscos), surgiram as pesquisas sobre a dimensão social dos desastres, são exemplos destas pesquisas: Valencio et. al. (2004 e 2005), Mattedi e Butzke (2001), dentre outros, mais as produções internacionais.

E este presente e pequeno estudo, realizado em 2006, aborda a dimensão social dos desastres relacionados às chuvas, mas tem como foco de análise o ambiente rural, mais especificamente, os assentamentos rurais. E no caso, tomou um para estudo de caso, o assentamento “Bela Vista do Chibarro” localizado na cidade de Araraquara/SP.

De acordo com Mattedi e Butzke (2001, p. 10), “o conceito de desastre evoca uma relação específica entre sociedade e natureza, no qual se enfatiza os fatores sociais”. Segundo estes mesmos autores, as pesquisas sobre a dimensão

social dos desastres ainda são muito recentes no Brasil, datam praticamente da última década do séc. XX.

A maior parte desse tipo de pesquisa, até agora, tem focado suas investigações no meio urbano. Provavelmente, isso se deu porque nesse meio as repercussões são maiores e o número de pessoas atingidas, de uma só vez, é muito maior, já que nas cidades a densidade demográfica é muito maior que no campo, daí a importância e urgência desse tipo de estudo; isso sem contar o histórico de marginalização da população rural. E também, porque a cidade no Brasil tem um caráter modernizante, enquanto sua política de ocupação é conservadora, ou seja, excludente e desordenada (VALENCIO et. al., 2004), o que implica uma maior incidência de perdas e danos.

Segundo Valencio et. al. (2004), as percepções e significados diante dos riscos ou desastres variam muito entre diferentes indivíduos e grupos. Um denso trabalho sobre isso é realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Social em Desastres (NEPED) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), do qual esta pesquisa fez parte e a autora citada é coordenadora.

Os diversos trabalhos do NEPED vêm demonstrando como são complexas e diferentes as reações, concepções e tomadas de decisão de idosos, crianças, homens e mulheres; a importância do planejamento na organização de abrigos; a situação dos transeuntes nos problemas com chuvas, dos deficientes; a relação da religiosidade com os desastres; os problemas das populações insulares e o aquecimento global, etc.

Em suma, são estudados os diversos perigos/danos relacionados às chuvas/inundações nas cidades, onde tais eventos adquirem, como em quase todos os lugares, o caráter de fatalidade, quando na verdade foram produzidos socialmente pela falta de políticas de ocupação, preventivas e mitigadoras (VALENCIO et. al. 2004). Na verdade, até mesmo a irregularidade da intensidade e distribuição das chuvas são fenômenos ocasionados por causa da intervenção humana (desmatamentos, aquecimento global, queimadas, etc.), fato que foi e ainda é muito discutido, mas que cada vez mais vem se tornando um consenso.

Assim, este estudo pretende investigar o impacto destes mesmos eventos na zona rural, especificamente nos assentamentos rurais. E pretende identificar quais as formas de organização durante os eventos; as percepções de risco dos trabalhadores (as); quais as estratégias usadas para mitigar eventuais perdas humanas, materiais e ambientais; quais as políticas públicas implementadas para esta população nestas situações extremas e o grau de consciência desta população sobre os impactos climáticos relacionados aos projetos desenvolvimentistas da sociedade macroenvolvente.

De acordo com Beck (1997, p. 32), as consequências da modernidade e as diferentes formas de individualização se dão de diversas maneiras nos diferentes lugares:

em alguns países (...) os processos de individualização surgem a partir e no interior de um ambiente de prosperidade e segurança social (...).

Por outro lado, (...) nos países anteriormente comunistas e no Terceiro Mundo – conduzem a uma inquietação completamente diferente.

Por isso, este estudo chama atenção para uma análise específica da zona rural, partindo da idéia de que, dentro de um mesmo país pode haver um impacto diferenciado da modernidade e do “desenvolvimento” e suas consequências em comunidades diversas, como por exemplo, urbana e rural.

Para tanto, foram retomados autores da chamada Sociologia do Desenvolvimento, que tratam a questão dos diferentes desenvolvimentos entre países e, principalmente, desigualdades dentro do Brasil, como: Celso Furtado, Fernando H. Cardoso, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., os quais dão um panorama histórico da questão agrária no país.

Por fim, veremos o estudo de caso, a situação de vulnerabilidade dos grupos e algumas modestas conclusões e questionamentos para reflexão.

1. RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE E SOCIEDADE DE RISCO

Para se definir o conceito de sociedade de risco, primeiramente, é preciso definir o conceito de “pós-modernidade” usado aqui e explicar porque o termo é usado entre aspas neste trabalho. De acordo com Giddens (1997), o próprio termo “pós-modernidade” é discutível e complexo. Quando falamos em “pós”, estamos evocando a idéia de evolução, o fim de uma etapa e a passagem para outra, no sentido de uma melhora, de um aprimoramento; e não é bem esse o sentimento que caracteriza os atuais debates ditos “pós-modernos”. Portanto, se estabelecêssemos esse conceito, estaríamos compactuando com o evolucionismo, com o ideal positivista de “progresso”, onde um conhecimento da organização social atual nos levaria a uma superação dessa ordem, a uma nova etapa: a “pós-modernidade”. Vimos, historicamente, que essas idéias foram uma falácia.

Falar da pós-modernidade como suplantando a modernidade parece invocar aquilo mesmo que é (agora) declarado impossível: dar alguma coerência à história e situar nosso lugar nela (...) Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição, mas não mostra que ela existe (MENEZES, 2005 apud GIDDENS, 1991).

Assim, quando for usado o termo “pós-modernidade”, será no sentido não de uma nova etapa, mas sim de uma modernidade radicalizada (GIDDENS, 1997). Desse modo, temos, teoricamente, três fases de sociabilidade: a tradição, a modernidade e a “pós-moderna”.

Segundo Giddens e Beck (1997), é difícil delimitar com precisão a passagem da tradição para a modernidade, porém, os fatos que mais marcaram essa transição foram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra.

terra, não esquecendo dos ideais do Iluminismo, é claro. Foi a partir destes eventos, que a questão do poder se desvinculou das explicações religiosas, o “povo” descobriu sua importância e sua força; e a produção material ganhou o direito da constante inovação e busca pelo lucro, mesmo não sabendo aonde isso ia chegar.

A tradição, de acordo com Giddens (1997), está vinculada à memória, ou melhor, à “memória coletiva”. Portanto, está diretamente envolvida com o controle do tempo; é uma orientação para o passado de forma a reconstruí-lo causando uma decisiva influência sobre o presente, mais ainda, sobre o futuro, já que determina como as coisas devem ser. Neste sentido, a tradição é uma questão de segurança ontológica para o grupo, pois os seus segredos ou sua “verdade formular” não é passada para os de “fora” ou “estranhos” pelos “guardiães”, que detêm essa verdade. Fato que implica também, numa solidariedade social. Estes “guardiães”, segundo o autor citado, podem ser equiparados aos especialistas da modernidade, no entanto, o guardião é tido como tal na ordem tradicional por seu *status* ou alguma qualidade pessoal – a oratória, por exemplo – enquanto o especialista da ordem moderna é identificado pela “competência”. Essa tradição e solidariedade social dependem de rituais, que são práticas públicas e autônomas, carregadas de conteúdo normativo e emocional, das quais não faz sentido discordar. Enfim, são processos sociais ativos (muitas vezes conscientes) de reconstrução do passado (e não sua preservação) que garantem integridade à tradição e não uma mera persistência ou repetição através do tempo. Tais características são facilmente visíveis, por exemplo, nas culturas orais, nas quais a tradição nem é compreendida como tal, pois ela (a tradição) “é muito invasiva para ser distinguida de outras formas de atitude ou de conduta” (GIDDENS, 1997, p. 84).

Assim, com o advento da escrita começou-se uma interpretação da tradição (hermenêutica), e a buscar-se uma explicação discursiva da mesma, de seus rituais e “guardiães”. A partir de então, começa uma série de “processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição” (GIDDENS, 1997, p. 74). No entanto, nem estes processos, nem mesmo tais eventos como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial ou os ideais iluministas, com suas promessas de felicidade, padronização do tempo, constante inovação, domínio da natureza - que marcaram a era moderna - nem o predomínio do pensamento científico ocidental com a noção de evolução, constante melhora e prosperidade, causaram a completa destruição da tradição. Pelo contrário, a tradição foi muito importante e reivindicada, principalmente nas primeiras fases da modernização e na formação dos Estados-Nação. Segundo Giddens (1997), a tradição, neste período, foi reivindicada por causa da limitação do poder de vigilância e integração das, então, instituições nascentes; da disputa entre ciência e religião pelo status de “autoridade”; da exclusão por gênero nas novas instituições e, principalmente, para uma “geração – ou regeneração – da identidade pessoal e coletiva” (GIDDENS, 1997, p. 117). Nas sociedades pré-modernas, a tradição era estabilizadora da memória coletiva, após os processos de abandono e desincorporação, a construção da identidade e o significado das normas sociais

ficam problemáticos, “daí em diante, a reconstrução do passado com os recursos da tradição torna-se uma responsabilidade – e até uma exigência – mais claramente individual” (GIDDENS, 1997, p. 86). Essa sensação de progresso e de liberdade ocultou o caráter compulsivo da modernidade.

A compulsividade na modernidade é caracterizada por uma “incessante marcha adiante”, ou seja, uma busca ilimitada de conhecimento; de controle da natureza e; de ordem, tanto na produção quanto nas relações sociais; e também pela questão do vício. Porém, como também concorda Giddens (1997), podemos separar, teoricamente, em duas fases o desenvolvimento das instituições modernas. “A primeira foi marcada pelo domínio da disciplina e da repressão; a segunda, por uma nova onda de hedonismo, talvez associada ao surgimento da sociedade de consumo” (GIDDENS, 1997, p. 89). Em resumo, a compulsividade nada mais é do que, a reivindicação da tradição – a qual era tida como repetição – mas de forma desestruturada, sendo assim, a

[...] compulsividade, em seu sentido mais amplo, é uma incapacidade para escapar do passado (...) e quando socialmente generalizada, é, na verdade, tradição sem tradicionalismo: repetição que se põe no caminho da autonomia, em vez de estimulá-la (GIDDENS, 1997, p. 85 e 89).

A primeira fase, citada acima, de desenvolvimento das instituições modernas é facilmente visível (hoje), no período que compreende a segunda metade do séc. XIX até a década de 60 do séc. XX. É a fase na qual a grande indústria e o modo de produção industrial se expandem. É também, o período de consolidação dos Estados-Nação e do seu poderio militar, é uma fase marcada por nacionalismos exacerbados, organizações de classe, importante papel dos partidos políticos e divisão ideológica. Giddens (1997, p. 87) destaca a compulsividade inclusive no domínio público: “O que é a discussão de Weber acerca da ética protestante, se não uma análise da natureza obsessiva da modernidade?”. E é verdade, mesmo que Weber não tenha trabalhado nestes termos, a sua análise sobre a burocratização, nada mais é do que a demonstração de uma compulsividade em busca da ordem, da padronização do tempo e das pessoas, da excessiva racionalização sempre almejando o progresso, que para o próprio Weber teria consequências das quais nós não escaparíamos, quando relata o seu desencantamento e a “jaula de ferro”. Enfim, é claramente um mundo em busca da ordem. Compulsividade e ordem que se estendem, também, para a agricultura, para a questão agrária, e para os modos de produção agrícola (que particularmente nos interessa aqui); é na era moderna que se consagra a Revolução Verde; quando se padronizam culturas extensivas e intensivas, com uso pesado de insumos químicos e máquinas agrícolas, a idéia da chamada agricultura “limpa”, abandonando-se modos tradicionais de produção e equilíbrio ambiental.

A modernidade é marcada por um “excesso de ordem e escassez de liberdade” (MENEZES, 2005), fatos como: o nazismo, o holocausto, o fascismo e o isolamento dos “loucos” são exemplos de como foi levada a sério essa questão da limpeza, pureza e ordem, da implantação de uma ordem artificial. Portanto,

na fase moderna as mudanças são mais rápidas, a tecnologia tem papel preponderante; a expansão das instituições é rápida e de caráter globalizante.

Vale relembrar que essa divisão é meramente teórica, não existe uma delimitação precisa da reconfiguração das instituições que marcaram o advento da modernidade, já que esta tem, desde seu início, um caráter expansionista e universalizador, alguns autores, por exemplo, afirmam que a modernidade se manifesta desde o séc. XVI, com as grandes navegações. Passemos agora, ao que caracteriza a “pós-modernidade” ou modernidade radicalizada.

Esta fase é a que se vivencia dos últimos anos do séc. XX, até hoje. Agora, a tendência de expansão, principalmente do capitalismo, é muito mais abrangente e descentralizada. O próprio conhecimento é descentralizado e sem local determinado (isso, grosso modo, em nível mundial), ou seja, o conhecimento é criado para ser aplicado em qualquer lugar do mundo, se tornando um valor discutido e aprimorado. E além da padronização do tempo, temos também a supressão do espaço, as novas tecnologias encurtaram as distâncias, ficaram mais fáceis e rápidos os deslocamentos de empresas, produtos, dinheiro, informações, pessoas e, sobretudo, valores. Enfim, a palavra da vez é globalização, que segundo Giddens (1997) são relações sociais em escala mundial onde os acontecimentos ou decisões locais são influenciados por outros que ocorrem muito distantes, e vice-versa. Ou seja, a globalização não é um fenômeno externo, ela tem um peso nas decisões do cotidiano. As decisões individuais do dia-a-dia são influenciadas e influenciam outros fatores globais. Estas características podem muito bem ser encaixadas na modernidade simples, citada anteriormente, mas na atualidade levam a novos dilemas, a determinadas consequências de tais características, e por esse motivo é uma situação de modernidade radicalizada, e não pós-modernidade.

Tais diferenças são o declínio do papel da esfera pública e política; a descrença no socialismo real; a crise ecológica, os problemas ambientais e alterações climáticas; a ameaça nuclear; o aumento da violência e dos fundamentalismos; o impacto da informatização; a busca por novos estilos de vida e uma sociedade guiada e medida pelo consumo; e por fim as mazelas criadas pela globalização, mesmo que ela tenha trazido muitos benefícios, ou seja, são diversas consequências problemáticas não planejadas pelos projetos da modernidade. É inegável que vimos uma queda da posição dos norteadores coletivos/sociais dos projetos de identidade como: o Estado-Nação; os partidos políticos, a família nuclear e, até mesmo a grande indústria, que se tornara o *locus* da interação social, pode simplesmente se transferir para o outro lado do mundo. Por isso, Menezes (2005, p. 193) caracteriza esta segunda fase, a atualidade, como uma época em que “reinem a desregulamentação e a liberdade individual”. Beck (1997) chama esse debate, esse processo de um repensar de: “modernidade reflexiva”, não no sentido de reflexos do desenvolvimentismo da modernidade, nem reflexão, mas sim de autoconfrontação. Giddens e Beck (1997) concordam que para a superação destes conflitos, e da violência que se torna propícia neste contexto, é preciso novas formas de diálogo. Para atingir este objetivo, Beck (1997, p. 43) destaca: os especialistas nem sempre sabem o que é bom para

todos (*desmonopolização da especialização*); os grupos de especialistas não devem continuar fechados (*informalização da jurisdição*); é preciso uma *abertura da estrutura da tomada de decisão*; as decisões devem dialogar com um maior número de agentes (*criação de um caráter público parcial*); e deve-se abrir espaço para a *autolegislação e auto obrigação*. Enfim, é uma forma de rever o status de autoridade da ciência e política modernas. É nessa mistura de desamparo social e ao mesmo tempo de novas oportunidades – mas também ameaças de diversos tipos como, nuclear, ambiental, social e econômica –, que se encaixa a definição de *sociedade de risco*, ou seja, riscos causados pela própria sociedade. E que no presente estudo se tratam especificamente dos riscos ambientais como: desequilíbrio ambiental e principalmente os desastres relacionados às chuvas, ventos, granizos e raios.

No entanto, toda essa discussão teórica é muito esclarecedora de um processo em andamento, mas temos que ter a cautela de não generalizar, estes processos não se dão da mesma forma em todos os lugares, e este trabalho mostra que, dependendo do contexto, os impasses entre os projetos da modernidade e suas tentativas de superação não são tão simples.

2. O “DESENVOLVIMENTO” E A QUESTÃO AGRÁRIA

O meio rural brasileiro, como sabemos, tem um caráter de dependência ou de subordinação aos países ditos centrais e/ou outros setores dentro do próprio país, desde os tempos da colonização e carrega, em sua estrutura tanto física quanto social, as marcas daquela época, como: a grande propriedade de terra e as degradantes condições de trabalho.

Posteriormente, o desenvolvimento da industrialização seguiu a mesma lógica, de forma desigual entre os países. Nos países centrais, o progresso técnico e as relações de produção foram se modernizando ao mesmo tempo em que os padrões de consumo também iam mudando.

Já nos países de industrialização tardia, foram os padrões de consumo e o estilo de vida modernos, que penetraram primeiro, numa pequena parcela mais favorecida da população. Isso gerou um descompasso entre a produção incipiente, a baixa absorção de mão-de-obra e os padrões de consumo daquelas camadas modernizadas. Foi este desequilíbrio que, segundo Celso Furtado (1992), fez reforçar as estruturas sociais pré-existentes.

O subdesenvolvimento, por conseguinte, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional. (FURTADO, 1992, p. 74).

Portanto, a modernização se deu de forma peculiar de um lugar para outro, e as conseqüências disso vão depender muito das condições sociais existentes.

No Brasil, como ressalta Florestan Fernandes (1979), o capitalismo como modo de produção e relações sociais é muito recente no que diz respeito ao campo. E como podemos ver, até os nossos dias ainda traz a sua marca, pois todos os anos são libertados trabalhadores que estavam sob regime de escravidão, o que vai contra a lógica do próprio sistema.

Para Florestan, as economias hegemônicas exploram as economias periféricas, no interior destas por sua vez, a cidade como centro urbano-industrial e comercial, com seu maior dinamismo e crescimento econômico, exerce a espoliação da economia agrária. A isso Florestan chamou de “dependência dentro da dependência”, é como se fosse condição para a manutenção de todo o sistema.

Assim,

A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos ‘pólos dinâmicos’ da economia interna (FERNANDES, 1979, p.196).

Desse modo, os agentes econômicos dominantes, tanto rurais quanto urbanos, ao racionalizarem seus interesses econômicos, passaram a ver o papel do campo como sendo desta maneira mesmo. Aliado a isso, temos a expansão insuficiente do progresso técnico, citada no início deste tópico, que não absorveu a população rural explorada. Estas foram as causas de os piores índices sociais estarem na zona rural.

Um desses problemas foi a concentração fundiária. Caio Prado Júnior (1979) já chamava atenção para isso em artigo escrito na década de 1960. E para o fato de 30 milhões de brasileiros, metade da população na época, dependerem do uso direto da terra.

Tabela 1 Estabelecimentos agropecuários por estrato de área, número e área total.

Estabelecimentos Agropecuários	Número de estabelecimentos (%)	Área ocupada por categoria (%)
De menos de 100 ha (pequenos)	85	17
De 100 a menos de 200 ha (médios)	6	8
De 200 ha e mais (grandes)	9	75

Dados da metade do século XX.

Fonte: Retirado de *A questão agrária no Brasil*, Caio Prado Jr. (1979)

Segundo esse autor, um dos motivos que levou ao golpe militar de 1964, foi justamente o questionamento da sociedade e o levantamento de discussões teóricas acerca das condições sociais no campo e da questão agrária. Para C. Prado Jr. o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei aprovada em 1963, não passou de uma complementação da lei Áurea (1888). Pois, ela foi muito mal feita, e como sabemos, além de não aplicada, ela só levou em conta as condições dos trabalhadores e não a questão da terra.

Com a lei, os trabalhadores rurais passaram a ficar mais caros aos proprietários rurais, portanto, diversos esquemas de parceria e meação deixaram de existir. E até mesmo trabalhadores que moravam nas propriedades foram mandados embora, ocupando assim, as periferias das cidades. Pois agora, era muito mais vantajoso contratá-los como temporários.

Desse modo, a questão da reforma agrária e até mesmo a sua definição se tornaram muito complexas. Cardoso (1969) destaca as diferenças de medidas que devem ser tomadas no campo, dependendo da região e da forma de trabalho que é empregada. Ele cita exemplos de lugares e contextos, onde a reforma agrária não implica a distribuição de terras, mas somente a melhora de condições dos trabalhadores, ou mesmo regularização dos contratos, o autor argumenta que regiões como Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo, têm formas de trabalho e condições de trabalho diferentes de Mato Grosso ou Pará.

Já Abramovay (1992), em seu estudo sobre a agricultura familiar nos países desenvolvidos, afirma que não é só a distribuição de terras, nem a melhoria nas condições de trabalho que mudariam o campo. Segundo ele, o campo tem limitações *naturais* que não se adequam à forma de uma grande empresa e com trabalhadores assalariados. O ideal seria pequenas propriedades com produção intensiva, investimento tecnológico e forma de organização familiar da produção.

Estes problemas foram agravados no período desenvolvimentista, principalmente no regime ditatorial, onde a grande propriedade ficou intocada e o comércio internacional, as grandes indústrias químicas, de maquinários, implementos e fertilizantes proporcionaram a consolidação da grande propriedade monocultora, enfim, dos projetos da modernidade.

Podemos notar que, a maioria dos autores concorda com a distribuição de terras, e os trabalhadores também lutaram por justiça social. Na década de 1980, próximo da abertura política, ganha força, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É uma forma de tentar conquistar cidadania e melhores condições, mas isso não se deu de forma fácil nem calma, como sabemos bem. Além dos problemas intrínsecos dos trabalhadores, citados anteriormente, houve ainda os impasses com o Estado, que tenta manter a ordem moderna de desenvolvimento; e com grande parte da sociedade envolvente, a qual não legitima e desqualifica os trabalhadores rurais sem-terra e suas atitudes.

Enfim, foram e são diversos dilemas tanto teóricos quanto práticos que com o passar do tempo só fazem agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade de um grupo em dias de riscos crescentes como os quais vivenciamos atualmente.

3. O ESTUDO DE CASO E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O estudo de caso foi realizado no assentamento “Bela Vista do Chibarro”, em Araraquara/SP. O assentamento fica no bairro “Bela Vista”, e foi realizado em 1989.

O assentamento teve como marco a usina Tamoio, que era da família Morganti. Depois de algumas crises, as terras passaram para o grupo Silva Gordo, que na década de 70 entrou em processo de falência. Após isso, a fazenda ficou como pagamento de dívidas para a Caixa Econômica Estadual, assim, a seção Bela Vista foi ocupada pelo MST e o INCRA oficializou a desapropriação em 1989.

A fazenda foi dividida em 176 lotes, atualmente vivem lá 176 famílias mais os agregados. O assentamento conta com cerca de 7,2 mil hectares; 210 casas de alvenaria; 1 casa sede (casarão); 1 posto de saúde; 1 salão (clubes recreativo); 1 estabelecimento da Igreja Católica Apostólica Romana; 1 estabelecimento da Igreja da Congregação Cristã do Brasil; 1 estabelecimento da Igreja da Assembléia de Deus; 1 estabelecimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia; 1 Campo de futebol; 1 terreirão para manifestações culturais e comunitárias e o prédio da Escola do Campo. E segundo um dos entrevistados, cerca de 20% das terras são de reserva, e a maioria das famílias e toda essa infra-estrutura se encontram na “vila”, e não espalhada pelo assentamento.

Foram usadas como fonte de coleta de dados, basicamente três técnicas numa abordagem qualitativa: A) observação direta; B) fotodocumentação e C) relatos orais.

Foram relatadas diversas experiências relacionadas às chuvas, ventos ou granizo por exemplo. Principalmente com relação a uma grande chuva por volta de 1994 no assentamento “Bela Vista”, mas também houve outros relatos sobre problemas semelhantes em outras áreas, como locais anteriores de moradia de um dos assentados. E como visto na pesquisa, os impactos relacionados às chuvas existem no assentamento, porém não ouvimos relatos de nenhum tipo de política pública para esses eventos. As medidas ficam somente em arrumar as estradas, nem sempre rapidamente, e a energia elétrica.

Com os problemas privados, como casas, por exemplo, o que impera é o espírito de comunidade, e não foi o caso, como é na cidade, da necessidade de resgatar alguma família no momento de um desastre. Porém, um dos entrevistados relatou um caso da destruição de uma casa mais simples com as chuvas, em que a família teve de ser acolhida por vizinhos e todos ajudaram a reconstruir sua moradia. Outro morador relatou ainda um caso de acidente com raio, que atingiu um homem que estava próximo a uma cerca de arame; nesse caso o atingido foi salvo, pois, havia um parente seu perto e o ajudou depois de se engasgar e cair inconsciente com a descarga elétrica.

Outro entrevistado contou também o caso da morte de seu irmão dentro de casa por conta de um raio. Seu irmão havia saído de uma casa considerada mais frágil com relação às chuvas e foi para a casa do pai deles, sentou-se ainda molhado com os pés descalços diretamente no chão próximo ao antigo rádio da família, quando um raio atingiu a antena do lado de fora da casa transferindo a descarga até a vítima (este episódio aconteceu no estado do Paraná, local anterior de moradia do entrevistado, mas passível de ocorrer em qualquer lugar, já que, ocorreu num sítio onde eles moravam). Isso sem contar as inúmeras histórias de perdas de eletrodomésticos; de animais de criação, também por

raios; de danos totais ou parciais principalmente em horticultura, que é mais frágil, devido à queda de granizo, por exemplo. E ainda a dificuldade de se chegar à cidade por danos causados pelas chuvas nas estradas, principalmente os jovens que pegam ônibus para ir à escola, e as estratégias das pessoas como ir a pé parte do caminho, com veículo de tração animal, ou de trator, mobilizando dessa forma os esforços, a boa vontade e a rotina de outras pessoas do assentamento.

Já nos problemas com produção, os assentados ficam sob os problemas do mercado como qualquer grande propriedade rural, com a diferença de não terem na maioria das vezes outra fonte para seu sustento, ficando com dívidas que em muitos casos se arrastam por anos, forçando em algumas ocasiões o morador do assentamento a sair de seu lote para procurar emprego fora (nas grandes lavouras de cana-de-açúcar, por exemplo) até que a sua situação se normalize e ele recupere sua produção e sua rotina. Enfim, essas pessoas estão quase que por conta própria, elas vão se ajudando como podem, pois as famílias são atingidas de formas e intensidades diferentes, a parte do grupo que não sofre algum grave dano ajuda quem o sofreu de maneira mais traumática. No entanto, o Estado e suas políticas devem se preparar, pois como vemos, tais eventos extremos se tornam cada vez mais freqüentes e intensos, e se ocorridos em uma escala mais ampla, nesse meio rural, o Estado não chega até essas pessoas com a eficiência e rapidez que a situação exige, por exemplo, ambulâncias, materiais de emergência ou na retirada de pessoas.

CONCLUSÕES

Esse trabalho analisou o impacto dos fenômenos climáticos relacionados às chuvas sobre as rotinas sociais e produtivas do assentamento rural, no entanto, descobriu-se que há uma série de riscos igualmente importantes, como todos aqueles riscos destacados por Beck (1997), citados anteriormente, se fazem presentes, riscos econômicos, políticos e sociais.

Tais eventos extremos, tidos aqui como exemplares das mudanças climáticas e da sociedade de risco, existem, sem dúvida, mas não são em todos os lugares que eles têm a mesma prioridade. Por exemplo, nessa pesquisa se vem constatando¹ a importância das disputas dos assentamentos com os problemas em tese essencialmente modernos, como é o caso dos conflitos com grandes monoculturas; a saída dos jovens do campo; a baixa renda de pequenas culturas, etc., são relatos presentes na maioria das entrevistas. O conflito é amplo, e é, claramente, a disputa entre a modernidade e o que seria uma possível alternativa para seus problemas – que são as formas de produção em escala familiar e diversificada – uma forma de superação do projeto moderno da grande propriedade, embora esse não tenha sido o foco da pesquisa.

Soma-se a essas dificuldades da vida cotidiana dos assentamentos rurais, a vulnerabilidade em relação aos fatores ambientais, como as fortes chuvas, raios ou danos com vendavais. Os eventos extremos podem agredir essas rotinas, o

1. Esse estudo tem sequência no mestrado em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP, com previsão de conclusão em 2009.

que pode reiterar os estigmas às pessoas e aos espaços rurais. Podem por exemplo, gerar perdas econômicas e há a possibilidade de não suprir os mínimos vitais.

No meio rural, as chuvas têm outra concepção. É vista como uma bênção, elas são essenciais, reza-se para pedir chuva. No entanto, quando são muito volumosas ou intensas também causam devastação. E como visto, os assentamentos foram formas de conseguir políticas, mas estas reivindicações não param com as ocupações, elas continuam em busca de energia, saneamento, educação, etc. E por que, dentre tais reivindicações não incorporar a necessidade de medidas mitigadoras de desastres relacionados às chuvas, como inundação, ventos, granizos e raios, já que esses fenômenos serão comprovadamente cada vez mais intensos e frequentes? No entanto, não é isso o que parece vir acontecendo.

Vale ressaltar que isso não é uma regra: que os projetos modernos ainda são mais viáveis que as suas possíveis alternativas, de modo algum. Daí a importância do que é proposto aqui: para políticas que pretendam mitigar os riscos gerados pela modernidade (tanto físicos, ambientais, sociais, econômicos, etc.), é preciso empenho e planejamento, pois dependendo do contexto e dos problemas sociais enfrentados, as formas alternativas à modernidade radicalizada, como é o peculiar caso dos assentamentos rurais, podem perder espaço, ou nem chegar a ganhá-lo. É preciso, sobretudo, uma interação entre o Estado e os formuladores de políticas com as pessoas que são efetivamente atingidas por esses novos problemas, o que não ocorre, como demonstrado no estudo de caso. E não apenas uma política assistencialista com um suposto domínio exclusivo do saber.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: Editora Hucitec/ Editora da Unicamp, 1992.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- CARDOSO, F. H. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: Edipe, 1969.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FERNANDES, F. Anotações sobre capitalismo agrário e Mudança Social. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. (orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Nacional Editora, 1979.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MATTEDI, M. A. e BUTZKE, I. C. A relação entre o social e natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano IV, nº 9, 2001.
- MENEZES, L. S. de, **Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade**. Ed: Annablume, 2005.
- PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, n. 44-45, p. 67-115, 2004.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Revista Política e Sociedade**, nº 7, outubro de 2005.
- VALENCIO, Norma et al.(2007) O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. Natal: **Revista Cronos**, v.8, n 1, jan/jun.